



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012510-45.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **João Marmo Olivardo Fracola**
 Requerido: **Akatus Meios de Pagamentos Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido via internet um produto que não lhe foi entregue.

Alegou ainda que a compra foi cancelada, mas o estorno dos pagamentos efetuados não aconteceu.

Almeja à declaração da rescisão do contrato e da inexigibilidade de qualquer débito dele oriundo, além do ressarcimento do montante pago.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a sua responsabilidade na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ela inegavelmente enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização do negócio em apreço, oferecendo ao autor oportunidade e segurança a seu propósito.

Na verdade, a própria ré admitiu em contestação que sua finalidade precípua seria a de operacionalizar o pagamento atinente à transação, conduzindo o numerário respectivo enviado pelo comprador ao vendedor, bem como – e principalmente – oferecendo aos potenciais compradores formas de pagamento a que não teriam acesso de outra maneira, multiplicando com isso as oportunidades de negócios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Fica patenteada sua importante ligação, portanto, na cadeia de produção e em consequência não se concebe que se exima pelo que veio então a suceder.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.

No mérito, os documentos que instruíram a petição inicial confirmam a compra feita pelo autor e parte do pagamento a ela relativo, implementado por intermédio da ré.

Confirmam, ainda, que como o produto adquirido não foi entregue ao autor o negócio foi cancelado.

É certo, outrossim, que no curso do processo foi proferida decisão cautelar incidental por meio da qual foi determinado o estorno das prestações pagas pelo autor e a suspensão dos pagamentos futuros (fls. 104).

Diante disso, e da informação de que a decisão foi integralmente cumprida (fl. 110), o próprio autor reconheceu que não teve prejuízos financeiros em face dos fatos versados (fl. 117).

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial do pleito exordial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A declaração da rescisão do contrato firmado e da inexigibilidade de pagamentos dele decorrentes transpõe de rigor, nada havendo nos autos a despertar dúvidas sobre isso.

Já o ressarcimento dos pagamentos realizados perdeu sua razão de ser com o cumprimento da decisão de fl. 104.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão da compra e venda tratada nos autos e a inexigibilidade de qualquer débito dele oriundo.

Torno definitiva a decisão de fl. 104, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA